

Especial

Seguradoras
aceleram
investimentos em
inteligência artificial

PÁGINA 3

FUNCIONALISMO

Plano de
demissão
voluntária
da Petrobras
mira 1,1 mil

A Petrobras aprovou um plano de demissão voluntária que pode contemplar até 1,1 mil funcionários do quadro da companhia. A medida foi avalizada pelo conselho de administração da estatal e divulgada ontem. A empresa prevê que as demissões devem acontecer ao longo de 2026. A companhia explicou que o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) é direcionado a até 1,1 mil empregados que tenham se aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) antes da promulgação da Emenda Constitucional 103/2019, em 12 de novembro de 2019. Mais conhecida como reforma da previdência, a emenda alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias. A companhia justifica que o PDV é uma ferramenta de gestão pessoal que “oferece aos aposentados uma oportunidade de transição de carreira ao mesmo tempo que contribui para a renovação contínua e gradual dos quadros da companhia”. **PÁGINA 3**

CONSUMIDOR

Bancos promovem
mutirão para
negociar dívidas

Consumidores que têm dívidas no cartão de crédito, cheque especial, consignado e outras modalidades de crédito contraídas de bancos e instituições financeiras e que queiram negociar esses débitos têm até o próximo dia 30 para participar do Mutirão de Negociação e Orientação Financeira. Mais de 160 instituições participam da ação, além de parceiros como o Banco Central, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e Procons. **PÁGINA 3**

BANCOS

BC muda regras para acabar com
‘contas bancárias’ fraudulentas

O Banco Central (BC) alterou regras sobre o encerramento compulsório de contas bancárias sem respaldo ou em desacordo com a regulamentação, incluindo as chamadas contas-bolsão. Elas são contas abertas por fintechs em bancos tradicionais, ou seja, operam em nome de terceiros com o objetivo de ocultar a identificação ou substi-

tuir obrigações dos clientes e podem ser utilizadas para fraudes, por exemplo. As fintechs são empresas de inovação que se diferenciam pelo uso da tecnologia para oferecer serviços financeiros digitais. Em agosto desse ano, Receita Federal também estabeleceu que as fintechs devem estar sujeitas às mesmas regras dos bancos. **PÁGINA 2**

PROJETO DE LEI



Setor audiovisual faz protesto
contra regulação do streaming

Cineastas, roteiristas, produtores e técnicos do audiovisual protestaram nesta segunda-feira em diversas capitais em defesa do cinema brasileiro independente. Os atos, batizados de “Pega a Visão: Ato pelo VoD”, são contra o Projeto de Lei 8.889/2017, que propõe a regulação das plataformas de streaming no Brasil. As manifestações ocorreram simultaneamente em frente à sede da Ancine, no Rio de Janeiro, na Ci-

nemateca Brasileira, em São Paulo, e no Cine Walter da Silveira, em Salvador. De acordo com o movimento, o relatório do deputado federal, Dr. Luizinho (PP-RJ), sobre o projeto “representa um risco histórico de desmonte da indústria audiovisual nacional”, por contrariar o parecer técnico da Ancine e os consensos construídos com a sociedade civil, e favorecer grandes empresas estrangeiras do setor. **PÁGINA 7**

MATANÇA



Castro e Moraes
discutem operação
que matou 121 no RJ

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, se reuniu ontem, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (**foto**) no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), na Cidade Nova. No encontro, o governador apresentou ao ministro dados sobre o planejamento e a execução da Operação Contenção, realizada na semana passada no complexos da Penha e do Alemão, que deixou 121 mortos. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA 0,52% / 150.315,20 / 774,77 / Volume: 21.315.026.118 / Negócios: 3.662.442										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,42% (set.)	EURO turismo	
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4.537,3	IPCA	0,48% (set.)	Compra: 6,2404	Venda: 6,4207
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
GOLL54	5,25	+3,14	+0,16	BMKS3	488,00	+15,64	+65,99	OSXB3	2,10	-16,00	-0,40	Dow Jones	47.562,87	+0,09	S&P 500	6.840,2	+0,26	
PETR4	30,10	+1,18	+0,35	FESA3	12,14	+10,36	+1,14	CRPG5	18,95	-14,72	-3,27	NASDAQ Composite	23.724,957	+0,61				
POMO4	7,25	-8,11	-0,64	BIEB3	3,28	+9,70	+0,29	CRPG6	19,41	-11,77	-2,59	Nasdaq 100	25.858,125	+0,48				
AMBP3	0,33	-5,71	-0,02	LIGT3	6,20	+8,96	+0,51	TOKY3	1,020	-8,93	-0,100	Euronext 100	1.708,56	-0,46				
BBD4	18,36	+1,10	+0,20	WLM3	22,00	+8,64	+1,75	PTINT4	4,95	-8,33	-0,45	CAC 40	8.121,07	-0,44				

Taxa Selic		(17/09)		15%		14,90%	
TR		(04/11)		0,1720%		0,6729%	
Poupança		(04/11)		0,6729%		0,6729%	

CDI		(17/09)		14,90%	
OURO		BM&F/grama/RJ		R\$ 690,45	
EURO Comercial		Compra: 6,1707		Venda: 6,1713	

DÓLAR Ptax - BC		Compra: 5,3505		-0,63%	
DÓLAR comercial		Compra: 5,3568		Venda: 5,3574	
DÓLAR turismo		Compra: 5,3765		Venda: 5,5565	

MERCADOS

Bovespa vai a inéditos 150 mil pontos em 6º recorde de seguido

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) alcançou os inéditos 150 mil pontos na manhã desta segunda-feira, e conseguiu se segurar nesse nível, renovando recorde de fechamento pelo sexto pregão consecutivo. A alta espelha o movimento do S&P 500 e do Nasdaq, em Nova York, e tem respaldo na expectativa do mercado pelo comunicado do Copom na amanhã, com o entendimento de que um corte na Selic está cada vez mais perto. A temporada de balanços também segue a todo vapor, com destaque para resultados do Itaú e da Petrobras nesta semana.

Pela nona sessão seguida, o Ibovespa(Índice Bovespa) fechou em alta, aos 150 454,24 pontos (+0,61%), com giro financeiro de R\$ 21,28 bilhões

Além de seguir os movimentos dos mercados internacionais, o Ibovespa também sobe na expectativa da reunião do Comitê de Política

Monetária (Copom) do Banco Central (BC), avalia o head de alocação de investimentos e sócio da GT Capital, Nicolas Gass "Tem expectativa de queda nos juros chegando. O mercado vai olhar de perto o comunicado, ver se o Copom vai dar algum 'spoiler'", afirma.

Levantamento do Projeções Broadcast mostra que o mercado antecipou a previsão de corte na taxa Selic de março para janeiro de 2026. Assim que o ciclo de afrouxamento começar, a Bolsa deve subir 12% no trimestre seguinte e 25% em seis meses, calcula o diretor de Renda Variável para a América Latina do Goldman Sachs, Juliano Arruda, em entrevista ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Nesta segunda, o cenário de afrouxamento monetário foi reforçado nas estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Focus, visto que a projeção para IPCA de 2025 passou de 4,56% para 4,55%.

Dólar recua 0,43% em dia positivo para divisas latino-americanas

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar apresentou queda firme no mercado local ontem, marcada por valorização de divisas latino-americanas, na esteira de indicadores acima das expectativas na China. Segundo operadores, o real também pode ter se beneficiado por fluxo externo para a bolsa doméstica, com o Ibovespa alcançando a marca histórica dos 150 mil pontos.

Investidores também ajustam posições à medida que digeram falas de dirigentes do Federal Reserve e aguardam a decisão, amanhã, do Comitê de Política Monetária (Copom), que deve manter a taxa Selic em 15% ao ano. A perspectiva é que a atratividade do carry trade, com amplo diferencial entre juros interno e externo, mitigue parte das pressões sobre o real vindas do aumento das remessas ao exterior no fim do ano.

Com mínima a R\$ 5,3455, o dólar à vista fechou em baixa

de 0,43%, a R\$ 5,3574, após ter encerrado outubro com ganhos de 1,08%. No ano, a moeda americana recua 13,31% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho entre as divisas latino-americanas no período.

Pesquisa da S&P Global divulgada ontem à noite, em parcial com a RatingDog, mostrou que o Índice de Gerentes de Compras (PMI) Industrial da China recuou de 51,2 em setembro para 50,6 em outubro. A leitura, contudo, ficou acima das projeções de analistas, de 49,8, e se manteve acima de 50, o que indica expansão da atividade.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY operou em ligeira alta no fim da tarde, perto do nível dos 100 mil pontos, com máxima aos 99,988 pontos. O Dollar Index foi impulsionado, sobretudo, pelos ganhos de mais de 0,40% do euro.

Nota

FINEP LIBERA R\$ 1 BILHÃO PARA CRÉDITO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

A agência pública Finep abriu ontem, um novo ciclo do programa de crédito descentralizado Inovacred, liberando R\$ 1 bilhão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para financiar projetos de inovação em todo País. O prazo para apresentar propostas vai até o próximo 31 de dezembro, informou a agência.

Segundo a Finep, pelo menos R\$ 300 milhões serão destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os empréstimos têm taxa de TR+ 6,068% ao ano e até 96 meses de prazo total, com 24 meses de carência, e até 100% de participação da Finep. "A liberação desses recursos em todo o Brasil é a materialização do compromisso assumido pela Finep e pelo governo federal de conferir robustez e regularidade nos investimentos em ciência tecnologia e inovação no país, com oportunidades tanto nas localidades que concentram mais projetos quanto para o desenvolvimento regional", afirmou em nota o presidente da Finep Luiz Antonio Elias.

BANCOS

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Banco Central (BC) alterou regras sobre o encerramento compulsório de contas bancárias sem respaldo ou em desacordo com a regulamentação, incluindo as chamadas contas-bolsão. Elas são contas abertas por fintechs em bancos tradicionais, ou seja, operam em nome de terceiros com o objetivo de ocultar a identificação ou substituir obrigações dos clientes e podem ser utilizadas para fraudes, por exemplo.

As fintechs são empresas de inovação que se diferenciam pelo uso da tecnologia para oferecer serviços financeiros digitais. Em agosto desse ano, Receita Federal também estabeleceu que as fintechs devem estar sujeitas às mesmas regras dos bancos, no que se refere à obrigação de fornecer informações que levem ao combate a crimes, como lavagem de dinheiro.

"Quando a gente está falando de prevenção a fraude, de prevenção ao uso do sistema (financeiro) pelo crime organizado, não tem bala de prata, mas nós temos o compromisso, obviamente, de entender onde nós podemos atuar para fortalecer, continuamente, a higidez e integridade do sistema financeiro", disse a diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, Izabela Correa (**foto**).

A partir de agora, as instituições bancárias terão a obrigação de adotar critérios para identificar essas contas irregulares, como as contas-bolsão, podendo se utilizar de dados armazenados em bases públicas ou privadas. O BC explicou que, então, os bancos deverão encerrar as contas após comunicação aos clientes.

O diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino, ressaltou, entretanto, que há contas-bolsão legítimas, como contas de instituições de pagamento e de marketplace, por exemplo. "Essa nor-



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

ma para mim é uma norma de enfrentamento aos comportamentos ilícitos, quicâ criminosos, perpetrados no sistema financeiro nacional", disse.

"A conta-bolsão, a utilização ilegal dessa prática não autorizada, eu não consigo acreditar que entidades autorizadas pelo Banco Central possam vender serviços de contas blindadas. Isto para mim é um desvirtuamento. Mas a gente também não pode demonizar o conceito de contas-bolsão", acrescentou.

A nova regra entra em vigor em 1º de dezembro de 2025 e a documentação relacionada às contas de encerramento compulsório deve permanecer à disposição do Banco Central por, pelo menos, 10 anos.

As novas normas sobre finalização de contas estão publicadas no site do BC: Resolução CMN nº 5.261 e Resolução BCB nº 518.

LIMITE MÍNIMO

O BC e o Conselho Monetário Nacional (CMN) também publicaram normas que tratam da nova metodologia de apuração do limite mínimo de capital social e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais institui-

ções autorizadas a funcionar pelo Banco Central. O objetivo é garantir que bancos e fintechs tenham recursos suficientes para absorver riscos e operar de forma segura.

A nova regulamentação mira nas atividades efetivamente exercidas pelas instituições para definir o capital mínimo necessário, e não mais o tipo específico de instituição. Além disso, a metodologia prevê uma parcela do capital mínimo para cobrir o custo inicial da operação e os custos associados aos serviços intensivos em infraestrutura tecnológica.

Por fim, a nova regulação requer uma parcela adicional de capital às instituições que utilizem em sua nomenclatura a expressão 'banco' ou qualquer termo que o sugira, em português ou em outro idioma.

Os normativos entram em vigor imediatamente. No entanto, para que as instituições já em operação — ou aquelas em análise pelo BC — possam se ajustar às novas regras, foi definido o seguinte cronograma de transição que vai até dezembro de 2027.

O diretor Ailton de Aquino afirmou que as mudanças não são barreira para a inovação e entrada

de fintechs, mas visam reforçar a resiliência do sistema financeiro.

"Eu não acredito numa IP [instituição de pagamento] com o capital inicial de R\$ 1 milhão para fazer face à necessidade de tecnologia de contratar auditor, de montar uma boa estrutura. Eu acho que trazer este número por volta de R\$ 9 milhões a R\$ 32 milhões, operando com Pix, é algo que eu entendo como é bastante importante nesse momento", disse, informando que há quase 300 IP autorizadas pelo BC a operar.

"Nós vivenciamos, nos últimos meses, situações desagradáveis no sistema financeiro nacional [como invasão e perda de valores]. Isso aqui é uma resposta, é um processo evolutivo, mas também uma resposta para isso", reforçou. Segundo ele, por exemplo, o capital inicial de corretoras passou de R\$ 245 mil para R\$ 8 milhões.

Do universo de 1,8 mil entidades bancárias, cerca de 500 serão impactadas e terão que reforçar suas estruturas de capital.

As normas sobre capital social também estão no site do BC: Resolução Conjunta nº 14 e Resolução BCB nº 517.

BALANÇO

BB Seguridade tem lucro líquido de R\$ 2,561 bi no terceiro trimestre

ANDRÉ MARINHO/AE

A BB Seguridade registrou lucro líquido de R\$ 2,561 bilhões no terceiro trimestre deste ano, uma alta de 13,1% em

relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com o segundo trimestre de 2025, o resultado foi 14,4% maior.

Em balanço, a companhia

informa que o desempenho refletiu principalmente o resultado financeiro, impulsionado pela expansão de volumes e a alta da taxa Selic. Em relação a Brasilprev, de previdência

complementar, o grupo diz que a deflação medida pela IGP-M ajudou, porque resultou em menor custo do passivo associado aos planos de benefício definido.

FAZENDA

Haddad diz que financiamento do TFFF não é doação, é investimento

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem, que, em sua visão, o financiamento do Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) não é doação, mas sim investimento. Ao falar rapidamente com jornalistas após uma série de reuniões no âmbito da COP30 Business & Finance Forum, evento organiza-

do pela Bloomberg Philanthropies, o ministro disse que além do TFFF há uma outra coisa muito grande que é a coalizão do mercado de carbono.

Para Haddad, a coalizão do mercado de carbono vai exigir muita engenharia para sair do papel. "Mas além da coalizão, que demora mais tempo para acontecer no mercado internacional de carbono, o TFFF é a questão dos

países bons. Não é nem doação, é investimento. Você remunera as florestas pelos empréstimos que serão feitos a partir do fundo. Eu tenho ouvido depoimento que muitos países angolanos vão anunciar", disse.

Perguntado sobre se estes países não anunciam os valores, o ministro disse apenas que pes-soas com as quais tem conversa-do acham o valor realista. "Nós

estamos assumindo a presidência. Se terminarmos o primeiro ano com US\$ 10 bilhões seria um grande feito porque até aqui ninguém colocou nada relevante na mesa", disse o ministro, acrescentando acreditar que a meta será alcançada porque alguns países já sinalizaram adesão ao TFFF, mas que não pode dizer quais porque estes querem fazer seus anúncios durante a COP.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

Funcionalismo

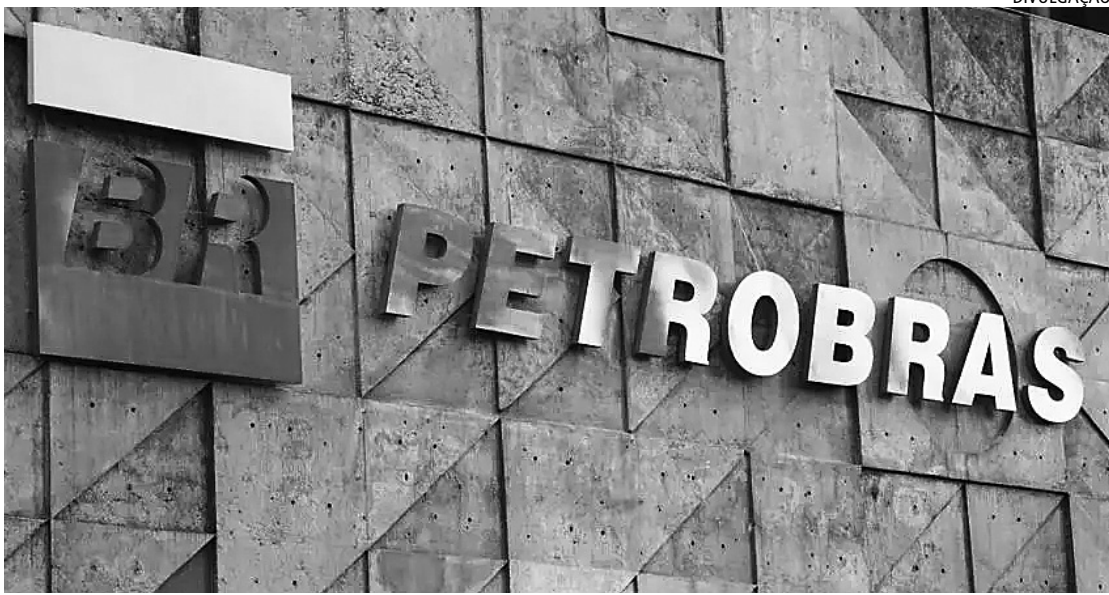
Plano de demissão voluntária da Petrobras mira até 1,1 mil

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A Petrobras aprovou um plano de demissão voluntária que pode contemplar até 1,1 mil funcionários do quadro da companhia. A medida foi avalizada pelo conselho de administração da estatal e divulgada ontem. A empresa prevê que as demissões devem acontecer ao longo de 2026.

A companhia explicou que o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) é direcionado a até 1,1 mil empregados que tenham se aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) antes da promulgação da Emenda Constitucional 103/2019, em 12 de novembro de 2019.

Mais conhecida como reforma da previdência, a emenda alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias.



DIVULGAÇÃO

A companhia justifica que o PDV é uma ferramenta de gestão pessoal que “oferece aos aposentados uma oportunidade de transição de carreira ao mesmo tempo que contribui para a

renovação contínua e gradual dos quadros da companhia”. No comunicado a investidores no qual anunciou a aprovação do PDV, a companhia não informa o custo do programa.

“O impacto financeiro será reconhecido nas demonstrações contábeis à medida que as adesões forem efetivadas”, explicou a Petrobras, que tem 41,7 mil empregados.

Nota

BYD REGISTRA QUEDA DE VENDAS NA CHINA À MEDIDA QUE INCENTIVOS PARA O SETOR DIMINUEM

Os compradores de carros americanos acabaram de perder os benefícios fiscais federais para veículos elétricos. Ao mesmo tempo, os incentivos chineses também estão diminuindo, o que deve pressionar as vendas de carros elétricos em outro mercado chave para a Tesla. Até agora, em 2025, as vendas de veículos elétricos têm sido sólidas. Em outubro, a líder chinesa de veículos

elétricos BYD entregou 222.559 carros totalmente elétricos, um aumento de 17% em relação ao mesmo período do ano passado. No entanto, a BYD entregou um total de 441.706 veículos, incluindo híbridos plug-in, uma queda de 11% em relação ao ano passado. Além disso, exportou 83.542 veículos, um aumento de 188% em relação ao ano anterior, o que significa que as vendas domésticas foram de 358.164 veículos, uma queda de 24% em relação ao ano passado. O mercado de carros novos na China parece estar desacelerando.

Especial

Seguradoras aceleram investimentos em inteligência artificial e projetam dobrar aportes até 2030



PEXELS

POR BÁRBARA SOUZA

O setor de seguros atravessa uma transformação impulsionada pela inteligência artificial (IA). Segundo o relatório “*AI in Insurance: Overhyped Trend or Game-Changer?*”, divulgado pela Wipro, uma multinacional de tecnologia e consultoria, as seguradoras estão ampliando rapidamente seus investimentos em IA, e a tendência é de que os aportes dobrem até 2030. A pesquisa, realizada com 100 executivos de seguradoras norte-americanas com receitas superiores a US\$ 500 milhões, revela que a tecnologia deixou de ser apenas uma promessa futurista para se consolidar como um pilar estratégico de competitividade e eficiência operacional.

Os números refletem esse movimento. De acordo com o estudo, 81% das empresas do setor pretendem aumentar seus investimentos em inteligência artificial já no próximo ano. Atualmente, a fatia média do orçamento destinada à tecnologia é de 8%, mas deve chegar a 20% em um horizonte de cinco anos, segundo a pesquisa. Esse salto expressivo indica uma mudança de mentalidade nas organizações, que passam a enxergar a IA não apenas como ferramenta de automação, mas como motor de inovação e base para novas experiências do cliente.

Entre as aplicações mais recorrentes dessa tecnologia em específico estão a personalização de produtos, o aprimoramento da subscrição e a análise de riscos. O levantamento aponta que 92% dos executivos acreditam que a tecnologia é essencial para melhorar a experiência do consumidor, enquanto 68% esperam ganhos significativos na precisão da avaliação de riscos. Já 62% veem na IA uma oportunidade para aumentar a retenção de clientes, em um mercado cada vez mais competitivo e orientado por dados.

O uso mais avançado da IA já aparece em áreas operacionais: quase metade das seguradoras (46%) declarou aplicar algoritmos inteligentes em processos de subscrição. No entanto, os desafios ainda são expressivos. A integração da IA a sistemas legados é considerada um obstáculo por 71% das companhias, enquanto 44% das seguradoras de menor porte não possuem políticas formais para o uso da tecnologia. Essa falta de governança pode gerar riscos de conformidade e impactar a reputação das empresas.

Para contornar essas barreiras, 65% das seguradoras estão optando por implementar a IA de forma gradual, priorizando áreas de impacto imediato. “Nos EUA, temos observado que a integração da IA com sistemas legados é um dos maiores desafios. O mesmo ocorre no Brasil. As empresas brasileiras podem aprender com essa experiência, adotando uma abordagem progressiva e fortalecendo a colaboração entre especialistas em IA e subscritores”, afirma Wagner Jesus, Country Head da Wipro no Brasil.

A pesquisa também destaca a importância do fator humano na jornada tecnológica. Cerca de 47% das seguradoras estão investindo na formação e contratação de profissionais especializados em IA, enquanto 41% apostam na integração entre equipes técnicas e de negócios. Para Ritesh Talapatra, vice-presidente e líder de setor de Mercados de Capitais e Seguros da Wipro, o recado é claro: “A adoção de IA não é mais uma opção, é um requisito para o sucesso futuro. As companhias que priorizarem resultados rápidos, fortalecerem a governança e alinharem a tecnologia aos seus objetivos estratégicos estarão mais bem preparadas para liderar essa nova era”.

Consumidor

Bancos promovem mutirão para negociar dívidas em atraso

FLÁVIA
ALBUQUERQUE/ABRASIL

Consumidores que têm dívidas no cartão de crédito, cheque especial, consignado e outras modalidades de crédito contraídas de bancos e instituições financeiras e que queiram negociar esses débitos têm até o próximo dia 30 para participar do Mutirão de Negociação e Orientação Financeira.

Mais de 160 instituições participam da ação, além de parceiros como o Banco Central, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e Procons. Financiamentos de veículos, motocicletas e imóveis não entram no mutirão.

As negociações poderão ser feitas diretamente com as instituições participantes em seus canais oficiais ou pelo portal ConsumidorGovBr, um serviço público e gratuito que conecta consumidores e empresas para que encontrem alternativas para conflitos de consumo.

Para solicitar a negociação pela plataforma é necessário que o consumidor tenha conta Prata ou Ouro no aplicativo Gov.br. Podem ser negociadas dívidas desde que estejam em atraso e não tenham bens dados em garantia, ou prescritas.

Segundo a Febraban, o mutirão é uma oportunidade para negociar os débitos em condições especiais, como parcelamento, descontos no valor total da dívida ou taxas de juros reduzidas para refinanciamento.

Também será possível solicitar apoio presencial aos Procons que aderiram ao mutirão

para negociar diretamente nos canais digitais dos bancos.

“Para as pessoas superendividadas o fluxo de negociação é diferente, pois exige um maior entendimento das dívidas e apoio do Procon para criação de um plano de pagamento”, explica a entidade.

ADESÃO

Todas as informações sobre o mutirão, assim como a relação completa das instituições participantes e os canais oferecidos pelos bancos para a negociação das dívidas, estão disponíveis na plataforma Meu Bolso em Dia Febraban. Para aderir ao mutirão é possível acionar diretamente o canal digital do seu banco.

Outra maneira de aderir é fazer o cadastro no site www.consumidor.gov.br, fazer o login, selecionar a instituição com a qual deseja negociar e seguir as orientações. A empresa tem até dez dias para analisar e responder sua solicitação.

Para verificar se tem dívidas em atraso, o consumidor pode acessar um relatório atualizado mantido pelo Banco Central, chamado Registrato.

Se a dívida não for com uma instituição financeira, é possível procurar o Serasa, que também promove o Feirão Serasa Limpa Nome, por meio do qual o consumidor tem a oportunidade de quitar dívidas não bancárias em atraso, e com descontos, contraídas de empresas de varejo, telecomunicações, concessionárias de energia, saneamento, universidade e financeiras.

EUA

Suprema Corte julga poder de Trump para impor tarifas recíprocas

A Suprema Corte dos Estados Unidos iniciou nesta semana o julgamento que vai decidir se o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, extrapolou seus poderes ao impor tarifas sobre importações durante o governo.

Agora, os juízes da Suprema Corte vão decidir se Trump tinha amparo legal para agir dessa forma. Duas instâncias inferiores já haviam determinado que o ex-presidente ultrapassou sua autoridade ao invocar a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, em inglês) de 1977. Segundo essas decisões, o dispositivo não autoriza o presidente a criar tarifas, mas sim o Congresso americano.

Trump argumenta que suas ações foram legais e necessárias para proteger a economia e a segurança nacional. O Departamento de Justiça defende e diz que as tarifas se enquadram na prerrogativa presidencial sobre política externa, uma área em que o Judiciário historicamente evita interferir.

O ex-presidente descreveu o processo como “um dos mais importantes da história americana” e afirmou que uma derrota seria “um desastre” para o país.

Na Casa Branca, assessores admitem preocupação. A equipe comercial de Trump trabalha em planos alternativos caso a Suprema Corte decida contra o governo. A ideia é recorrer a outros mecanismos legais, embora isso torne o processo burocrático.

Para Josh Lipsky, diretor de economia internacional do Atlantic Council e ex-funcionário do governo Obama, o modo como Trump usa tarifas é inédito. “Presidentes geralmente tratam tarifas como um bisturi, não como uma marreta”, afirmou.

A especialista Emily Kilcrease, ex-negociadora comercial dos governos Obama, Trump e Biden e diretora do Center for a New American Security, diz que o presidente transformou o instrumento em “ataque econômico em larga escala” para forçar mudanças de postura em governos estrangeiros.

Entretanto, Kilcrease avalia que o caso não é claro. A Suprema Corte pode decidir a favor de Trump, já que o IEEPA concede “poderes amplos e flexíveis” ao presidente em situações de emergência.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.115/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.115/2025 no dia 14/11/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de um aparelho de ultrassonografia com software específico (Aquisição de 01 (um) aparelho de ultrassom com software de elastografia pela tecnologia Shear wave, transportável sobre rodízios com Modos 2D, Modo M, modo M Anatômico, Modo Power Doppler, Modo Color Doppler, Modo Doppler Espectral, Modo 2D incorporados com poder de processamento a partir de 1.000.000 canais digitais; Console ergonômico, com ajuste de altura e rotação do painel, com telas programáveis e tela de toque de no mínimo 10). Processo nº. 33409.005218/2025-83. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SAPOPEMBA

'Que crueldade fizeram com minha pequena', diz pai de jovem morta

Aos prantos, Lucas Munhos, pai da jovem morta em um assalto na zona leste de São Paulo, no sábado passado, fez um desabafo emocionado em vídeo publicado nas redes sociais. Beatriz Sorrilha Munhos, de 20 anos, foi baleada na cabeça na Rua Capoeira, em Sapopemba, por um homem que estava com um comparsa em uma moto.

"Ai, que crueldade que fizeram com a minha pequena. Vocês sabem como que ela era. É uma pessoa do bem. Ela me ajudava demais, demais. A gente foi vítima de um assalto. A gente entregou tudo. Mesmo assim eles deram um tiro na cabeça dela", disse o pai, que é piloto profissional de drones.

Ainda na postagem, o pai da vítima fez um apelo às autoridades públicas: "Isso não pode acontecer com outros pais, pessoas. Outros pais não podem sofrer o que eu estou sofrendo. Essa bandidagem, tráfico, essas coisas todas, de bandido de arma tem que acabar. Eu imploro para o governo acabar com isso. Pelo amor de Deus".

Segundo informações do boletim de ocorrência, Beatriz estava com o pai e o namorado

quando dois assaltantes em uma moto sem placa anunciaram o roubo. As vítimas estavam no local para encontrar o comprador de um drone que haviam vendido.

Durante a ação, a jovem usou um spray de pimenta contra os suspeitos. Um deles reagiu e atirou. A vítima foi socorrida no Hospital Estadual de Sapopemba, mas não resistiu aos ferimentos

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, os assaltantes fugiram após o crime e deixaram para trás uma bolsa térmica semelhante à usada por entregadores. Uma moto com as mesmas características da que foi utilizada na ação foi localizada por policiais militares e apreendida para perícia.

Um dos suspeitos foi identificado nesta segunda-feira. A polícia ainda procura por ele, que não teve a identidade divulgada, e por um comparsa.

O caso foi registrado como roubo seguido de morte (latrocínio) no 69º Distrito Policial (Teotônio Vilela). O velório e sepultamento ocorrem nesta segunda-feira, 3, no Cemitério Consolação, em Sorocaba, no interior de São Paulo.

AGENDA VERDE

Agência SP marca presença durante os dias de Summit

A Agência SP, canal oficial de notícias do Governo de São Paulo, estará presente no Summit Agenda SP+Verde com o estúdio móvel. Durante os dois dias do evento internacional pré-COP, promovido pelo Governo de São Paulo, em parceria com a Prefeitura de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP), a equipe irá entrevistar especialistas, lideranças e representantes da sociedade para debater o desenvolvimento sustentável e economia verde. O Summit Agenda SP+verde acontece hoje e amanhã, no Parque Villa-Lobos, na capital paulista.

As entrevistas terão transmissão ao vivo pelo YouTube do Governo de São Paulo. Toda a programação e inscrições estão disponíveis pelo site www.agendaspmaisverde.org.br. A retirada de ingresso é obrigatória para ter acesso ao evento.

O Summit Agenda SP+Verde transformará o Parque Villa-Lobos em um grande centro de debates, experiências e cultura voltados ao desenvolvimento sustentável. Serão 500 palestrantes e 10 mil participantes em uma estrutura que abrigará quatro eixos temáticos: Finanças Verdes, Resiliência e Futuro das Cidades, Justiça Climática e Sociobiodiversidade e Transição Energética e Descarbonização.

No palco principal, dedicado à Economia Verde, o evento será aberto por um debate estratégico sobre a “Nova Visão da Economia Verde”, com a presença do governador Tarcísio de Freitas e moderação de Joaquim Leite, ex-ministro do Meio Ambiente. O espaço, que leva o patrocínio exclusivo do grupo Co-

san, também receberá CEOs de grandes empresas, prefeitos e lideranças internacionais em discussões sobre descarbonização, infraestrutura sustentável, inovação tecnológica e finanças climáticas.

Entre os nomes confirmados estão Jennie Cato (Scania), Luz Stella (Colombian Natural Gas Association), Katerina Elias-Trostmann (Salesforce), Wolfgang Dieker (SAP) e Alberto Mina (MIND de Milão). A programação também inclui ainda Natália Resende, secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e executivos como Carlos Piani (Sabesp), Gustavo Estrella (CPFL), João Brito Martins (EDP South America) e Gilberto Peralta (Airbus Brasil).

A programação cultural é outro destaque. Hoje, o grupo Raízes do Hip-Hop abre o palco com dança e performance urbana, seguido pelo Coro Heliópolis, do Instituto Baccarelli, e o show “Choro das Águas”, de Zizi Possi.

Já amanhã, a trilha sonora do evento celebra a ancestralidade e a diversidade com o Coral Indígena Nhandé Pame, o Coro da Osesp e o espetáculo de encarceramento “O Novo Baile do Simonal”, com Simoninha e Max de Castro.

Durante os dois dias, o público também poderá conferir exposições, oficinas de gastronomia sustentável, workshops e experiências de economia circular. Uma rodada internacional de negócios reunirá cerca de 70 empresas de oito países, promovendo conexões e oportunidades voltadas à inovação verde.

Nota

NOVO MUTIRÃO DO ACORDO PAULISTA PARA DÉBITOS DE ICMS, IPVA, ITCMD E MULTAS DO

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP) realiza, amanhã, mais uma edição do mutirão do programa Acordo Paulista. Desta vez, na capital, o atendimento ocorrerá dentro do Poupatempo Sé, para oferecer mais conforto e comodidade aos contribuintes. A mudança de local foi motivada pelo sucesso da edição anterior, realizada em outubro em uma carreta itinerante, que atraiu grande número de interessados – foram 722 adesões em um único dia. A nova estrutura fixa permitirá melhor acolhimento, ambiente climatizado e maior capacidade de atendimento.

ZONA LESTE

SP entrega 300 apartamentos e regulariza 2,4 mil imóveis

O Governo do Estado de São Paulo entregou 300 moradias e 2,4 mil títulos de regularização fundiária para conjuntos habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em eventos realizados na capital nesta segunda-feira. As ações do programa Casa Paulista totalizam R\$ 63,5 milhões em investimentos e beneficiam 2,7 mil moradores da zona leste da cidade de São Paulo.



Por meio da modalidade de atendimento habitacional Carta de Crédito Associativo (CCA), 300 famílias receberam as chaves de seus apartamentos no Conjunto Habitacional Santa Rita, também conhecido como Lajeado L, no Jardim Lourdes, na região de Guaianases. O condomínio foi construído em terreno da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e recebeu investimento estadual de R\$ 54 milhões.

“Cada uma das famílias tem uma história de vida e estava esperando realizar o sonho da casa própria. Muitas estavam precisando sair do aluguel, que comprometia suas rendas. Levamos em conta todas essas histórias para destravar as opções de atendimento de Habitação. Estamos trabalhando com todo o arsenal de opções disponíveis, desde as Cartas de Crédito Imobiliário e Associativo, até as parcerias público-privadas, entre diversas modalidades que facilitam o processo da entrada e pagamento de parcelas para a população. Estamos conseguindo resultados muito expressivos. Desde o dia 28 de outubro, foram entregues 1,3 mil unidades habitacionais”, afirmou o governador.

Os apartamentos – com opções entre 46 m² e 49 m² de área privativa – contam com dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Nove unidades são adaptadas para pessoas com deficiência. O con-

domínio dispõe de portaria, sala de administração, salão de festas, playground, área de convivência, jardins, bicicletário e garagem com 75 vagas, incluindo espaços reservados para pessoas com deficiência, idosos e motocicletas.

CARTA DE CRÉDITO

Na modalidade Carta de Crédito Associativo (CCA), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação financia moradias diretamente para famílias com renda de até cinco salários mínimos, sem cobrança de juros. As prestações são calculadas conforme a renda familiar, com duas opções: parcelas corrigidas pelo IPCA, comprometendo 20% da renda, ou parcelas fixas, sem reajuste, correspondendo a 30% da renda. A menor prestação é de R\$ 303,60.

Os empreendimentos são selecionados por meio de editais de credenciamento promovidos pela SDUH e devem ter os projetos aprovados pela CDHU. Durante a fase de obras, as famílias são isentas de encargos, e o pagamento da primeira parcela ocorre apenas 30 dias após a entrega das chaves.

100 ANOS

Clara Charf, militante de esquerda e viúva de Marighella, morre em SP

EDERSON HISING/AE

A militante de esquerda Clara Charf (**foto**), viúva do guerrilheiro Carlos Marighella, morreu na madrugada desta segunda-feira, em São Paulo, aos 100 anos. Ela estava internada e entubada há alguns dias, informou Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres Pela Paz, fundada e presidida por Charf.

"Muita tristeza. Clarinha morreu de causas naturais. Estava hospitalizada há alguns dias, entubada", disse. "(Clara) deixa um legado de lutas pelos direitos humanos e equidade de gênero", afirmou a diretora.

Clara se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde conheceu Marighella, aos 21 anos. A militante dedicou a vida às causas populares, à luta feminista e integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de luta armada criada em 1967 pelo companheiro em oposição à ditadura militar, que começou em 1964.

"Ela foi uma das mulheres mais fascinantes, generosas e destemidas que o Brasil conheceu. Não era corajosa confrontando fracos, mas fortes, poderosos. Dedicou a vida a ajudar quem precisava. Um dia, vão se espalhar escolas, bibliotecas, ruas, praças e pontes com seu nome", escreveu o jornalista Mário Magalhães, biógrafo de Marighella.

Depois da morte do companheiro, em 1969, cometida por



agentes da ditadura, Clara se exilou em Cuba, onde viveu na clandestinidade e trabalhou como tradutora. Ela retornou ao Brasil em 1979, após a promulgação da Lei da Anistia. Em 1982, foi candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual ainda era filiada.

Em nota, o partido lamentou a morte de uma das fundadoras da legenda. "Nascida em 17 de julho de 1925, Clara completou 100 anos neste ano. Foi um sé-

culo dedicado à liberdade, à justiça social, ao enfrentamento ao fascismo e à defesa intransigente dos direitos humanos. Sua história se confunde com a própria história da resistência democrática brasileira", afirmou.

O partido também destacou a atuação dela no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e na presidência da Associação Mulheres Pela Paz, fundada por ela em 2003, e "referência na luta contra a violência de gênero e na promoção do protagonismo

ras, ajudamos a complementar o sonho da casa própria. Algumas pessoas conseguiram realizar esse sonho há muito tempo, outras, com muito esforço, terminaram de pagar o imóvel recentemente. Hoje, os moradores recebem os títulos de regularização fundiária e vão poder dizer: 'esta casa é minha, eu conquistei'", disse o governador Tarcísio de Freitas.

Para regularizar os conjuntos habitacionais, a CDHU recebeu suporte de empresas especializadas para realizar as seguintes etapas de trabalho: diagnóstico da situação atual e estratégia de regularização; elaboração de elementos técnicos necessários; execução de ações perante os órgãos competentes do município e do Estado; e elaboração de elementos técnicos e providências cartorárias em meio ao Cartório de Registro de Imóveis.

Com a matrícula individualizada em mãos, os moradores passam a ter segurança jurídica e podem acessar o mercado formal de crédito, vender ou transferir suas casas a herdeiros, entre outros benefícios. Atualmente, todos os empreendimentos da CDHU são entregues averbados.

MATANÇA

Depoimentos à defensoria do RJ denunciavam violações

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Depoimentos colhidos pela Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após a realização da Operação Contenção, na última terça-feira, nos complexos do Alemão e Penha, na zona norte do Rio, denunciavam violações de direitos humanos.

Entre os depoimentos, familiares dizem que pessoas inocentes foram mortas ou presas, e mulheres relatam ter sido assediadas por policiais.

“Eles entraram aqui em casa e ficaram procurando algo ou alguém e fizeram várias perguntas, querendo saber eu morava sozinha, e eu disse que morava com minha mãe e os meus dois filhos”.

“Aí, ficaram me secando e dizendo que uma mulher bonita como eu merecia morar em um lugar melhor. Quando o com a toca ninja saiu, apertou o meu peito”, relata uma mulher de 23 anos que não foi identificada.

Outra mulher ouvida pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro disse em depoimento: “Eu estava dormindo quando eles entraram, e eu durmo só de blusa, né? Acordei assustada com as vozes deles. Aí, foi quando eu vi que eles já estavam dentro da minha casa. Eu sou manicure e fiquei trabalhando até tarde. Eles levantaram o lençol com a ponta do fuzil e ficaram fazendo várias perguntas e levando com a ponta do fuzil minha blusa, e eu pedindo 'por favor, moço não tenho envolvimento com nada não', e apontando minha maleta de unha. Aí, um entrou e tirou ele do meu quarto”.

Os depoimentos estão no relatório Atuação da Ouvidoria da Defensoria Pública na Operação Policial realizada no Complexo do Alemão e no Complexo da Penha, divulgado no domingo passado. O relatório se refere a depoimentos e acontecimentos que foram acompanhados pelos ouvidores nos dias 29, 30, 31 de outubro e 1º de novembro.

Segundo a Secretaria de Se-

gurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 121 pessoas foram mortas na operação, dentre elas, quatro policiais e 117 civis. A operação cumpriu 20 dos 100 mandados de prisão emitidos pela justiça e incluía também 180 mandados de busca e apreensão. Outras 93 pessoas foram presas em flagrante. O alvo da operação era o Comando Vermelho, que controla o território.

MORADORES

Segundo os ouvidores responsáveis pelo relatório, a operação impactou na realidade dos moradores da comunidade, com o fechamento de escolas, clínicas da família e equipamentos de assistência social.

“Os equipamentos públicos fechados geraram prejuízo à vida de inúmeras crianças e adolescentes. Fora da escola, as crianças e adolescentes ficaram sem aula e sem a garantia da alimentação diária, alcançando a insegurança alimentar.

Destaca-se também os idosos e usuários do Sistema Único de Saúde, que não conseguiram realizar consultas marcadas ou ficaram sem acesso a medicações controladas.

Outros impactos foram observados pela Ouvidoria, como muito lixo pelas ruas, por conta de não estar tendo coleta de lixo e muitas casas sem energia elétrica”, diz o texto.

Uma pessoa não identificada relatou: “Entraram e invadiram a casa dos moradores todos, né? Obrigando eles a abrir as portas na marra. Não respeitaram a criança, não respeitaram pessoas de idade. Acha que todo mundo que mora na favela é traficante. Só que o que eu digo [é que] aqui tem professor, tem jogador de futebol, muita gente advogada, muita gente que tá aqui e que saiu daqui sem se meter com droga, com arma, com vida errada.”

VIOLAÇÕES

Os depoimentos colhidos relatam violações de direitos humanos como: "roubos de documentos de moradores, importu-

nação sexual às mulheres do território, uso de casas para prática de tróia (se esconder à espera de suspeitos), denúncias de torturas, execuções, ausência de perícias, uso de bombas direcionadas às casas, omissão de socorro, criminalização das lideranças e das famílias que fizeram a remoção dos corpos”, diz o relatório.

Os ouvidores estiveram nos complexos do Alemão e da Penha e no Instituto Médico Legal (IML). Além disso, participaram de reunião na Central Única de Favelas (Cufa) da Penha. Eles também acompanharam a retirada dos corpos da região de mata chamada Vacaria.

“Foi possível identificar que alguns corpos estavam com as mãos amarradas e muitos com tiros na cabeça e marcas de fadadas”, dizem os ouvidores.

Entre os depoimentos, estão ainda relatos sobre pessoas inocentes que teriam sido mortas ou presas.

“Meu marido é pedreiro e foi morto nessa operação. Achei o corpo dele ontem e estou precisando de apoio para enterrar”, diz uma pessoa sobre o cônjuge, que foi alvo da operação.

Outra pessoa diz que o irmão está desaparecido. “Meu irmão é um adolescente de 17 anos e não teve passagem. Estamos procurando ele. A gente não é do Rio, moça. Viemos de Cabo Frio. Não achamos ele no IML e vamos ter dificuldade de encontrar, pois ele nunca tirou RG. Por favor, ajude a gente”.

Em um terceiro depoimento, uma pessoa diz que o marido foi baleado, se encontra hospitalizado, e teve uma arma plantada em seu carro.

“Eles levaram o carro para a Cidade da Polícia (complexo de delegacias da Polícia Civil do Rio de Janeiro) e lá, por milagre, encontraram uma arma. Que coisa, não? Na revista, na nossa frente, não encontraram nada e, por milagre, acharam uma arma lá na Cidade da Polícia, e os pneus trocados.

O carro foi rebocado por conta dos pneus estourados, rebocado. Meu marido está em esta-

do grave no hospital e, quando acordou algemado, ficou em pânico e precisou ser sedado para se acalmar. O meu marido é trabalhador e nem leito tem. Está na sala amarela e precisa ir para uma unidade de trauma. A gente nem na favela mora e, mesmo assim, fomos vítimas dessa violência toda. Por favor, me ajude”.

MEDIDAS SUGERIDAS

No relatório, a ouvidoria faz uma série de sugestões de medidas para evitar a ampliação de mortes de crianças, jovens e adultos e as violações de direitos nas favelas. Entre elas:

- Implementação de mecanismos eficientes de controle das polícias, como o uso efetivo das câmeras em fardas e viaturas, acesso das famílias ao inteiro teor das investigações de letalidade policial e aumento da efetividade do controle externo da atividade policial, inclusive com atendimento eficiente de denúncias em tempo real pelo Plantão do Ministério Público determinado pelo STF [Supremo Tribunal Federal] na ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] 635;
- Independência das perícias em casos de violência de Estado, para garantia de investigações eficientes;
- Investigação da responsabilidade da cadeia de comando operacional e política pelas altas taxas de letalidade policial;
- Criação e fomento a serviços especializados de atendimento psicossocial às famílias vítimas da violência de Estado;
- Criação de um fluxo rápido de reparação às famílias afetadas pela violência de Estado;
- Investimento em políticas públicas de garantia de direitos da população, em especial educação, saúde, assistência social, trabalho e renda, cultura e lazer, moradia e transportes, inclusive com foco na juventude;

Alexandre de Moraes conclui audiências sobre megaoperação policial

GABRIELA DA CUNHA/AE

ção da operação.

AUDIÊNCIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, encerrou ontem no fim da tarde a série de audiências no Rio de Janeiro sobre a Operação Contenção, que deixou 121 mortos na semana passada e é considerada a mais letal na história do Estado. A última agenda foi com o prefeito do Rio, Eduardo Paes.

Não foram feitas declarações à imprensa em nenhuma das agendas.

Antes disso, Moraes esteve no Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), onde o procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, apresentou o relatório com todas as ações adotadas pelo MPRJ. Após a audiência, Moraes conversou com representantes da subprocuradoria-geral de Justiça de Direitos Humanos e Proteção à Vítima (SUBDHPV/MPRJ); do grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO/MPRJ), entre outras estruturas.

O ministro ainda ficou cerca de 1 hora na Defensoria Pública, que na quinta-feira passada protocolou um pedido para garantir o acesso de sua equipe técnica ao Instituto Médico-Legal (IML). No domingo, Moraes determinou que fossem preservadas todas as provas, perícias e documentos relacionados à execu-

Castro defende no STF operação que deixou mais de 120 mortos no Rio

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, defendeu ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) a realização da Operação Contenção, de flagrada na semana passada para cumprir mandados de prisão contra integrantes da facção criminoso Comando Vermelho (CV) e que deixou mais de 120 mortos.

A manifestação foi enviada ao Supremo após o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo conhecido como ADPF das Favelas, pedir ao governador esclarecimentos sobre a operação. Na manhã de ontem, Moraes e Castro se reuniram para tratar da questão. A audiência foi realizada no Rio.

Castro afirmou no documento enviado ao Supremo que os confrontos entre policiais e criminosos foram concentrados na região de mata para evitar tiroteios nas proximidades de áreas edificadas e resguardar a integridades dos moradores.

O governador disse que a intervenção policial foi necessária diante de barricadas montadas pelos criminosos em regiões próximas a escolas e postos de saúde.

"A atuação estatal, diante de organizações criminosas de perfil narcoterrorista, constituiu exercício legítimo do poder-dever de proteção da sociedade, concretizando o princípio da legalidade e reafirmando o compromisso das forças de segurança pública com a legalidade, a transparência e a proteção dos direitos humanos, em estrita observância ao Estado Democrático de Direito e à defesa da vida", afirmou Castro.

O ministro determinou a apresentação de 18 esclarecimentos sobre a operação.

Confira as explicações do governador para cada item solicitado pelo ministro.

1. Relatório circunstanciado sobre a operação

Castro: "durante as ações, os criminosos enfrentaram abertamente as forças do Estado, utilizando armas de uso restrito e de emprego coletivo, como fuzis. Integrantes trajando roupas camufladas avançaram por trilhas clandestinas em meio à vegetação, em táticas típicas de guerrilha urbana, com o objetivo explícito de eliminar o avanço policial e retardar a atuação das equipes. Foram erguidas barricadas e provocados incêndios em veículos e imóveis, além do lançamento de artefatos explosivos contra as forças de segurança".

2. Prévia definição do grau de força adequado e justificativa formal para sua realização;

Castro: "o nível de força adotado pelas equipes policiais mostrou-se compatível com as ameaças letais enfrentadas e limitou-se à dotação institucional padrão: fuzis semiautomáticos de uso policial, pistolas semiautomáticas, armas de menor letalidade quando aplicáveis e viaturas blindadas destinadas à proteção e à mobilidade tática".

3. Número de agentes envolvidos, identificação das forças atuantes e armamentos utilizados;

Castro: "A operação contou com aproximadamente 2,5 mil policiais civis e militares, com apoio das áreas de inteligência dos próprios órgãos estaduais e de outros entes federativos, notadamente o Estado do Pará, e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gaeco).

MEGAOPERAÇÃO

Castro e Moraes discutem operação e retomada de territórios no Rio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, se reuniu ontem, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (**foto com Castro**) no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), na Cidade Nova. No encontro, o governador apresentou ao ministro dados sobre o planejamento e a execução da Operação Contenção, realizada na semana passada no complexo da Penha e do Alemão, que deixou 121 mortos. Em uma tentativa de conter a expansão territorial da facção Comando Vermelho, essa foi a incursão policial mais letal da história do estado.

A ida de Moraes ao Rio teve como objetivo colher informações sobre a operação, uma vez que o ministro é o relator temporário da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, mais conhecida como ADPF das Favelas. A ação estabelece regras para diminuir a letalidade policial no Rio de Janeiro. Entre as regras da ADPF estão o uso proporcional da força policial, câmeras nas viaturas e a elaboração de um plano de reocupação de territórios invadidos pelas organizações criminosas. De acordo com o governo do



PHILIPPE LIMA/DIVULGAÇÃO

estado, o relatório sobre o cumprimento da ADPF será encaminhado ao STF.

Moraes também visitou a Sala de Inteligência e Controle do CICC, onde está instalado o sistema de reconhecimento facial e das câmeras operacionais portáteis usadas pela Polícia Militar, com acompanhamento em tempo real dos deslocamentos em todo o território fluminense. O CICC é o principal polo de integração das forças de segurança do estado. Atua no monitoramento em tempo

real de ocorrências, grandes eventos e situações emergenciais, reunindo representantes das polícias, Bombeiros, Defesa Civil, Detran e órgãos federais e municipais.

Após a reunião, Moraes não falou com a imprensa. Já o governador disse que os dois conversaram "sobre o projeto de retomada (de territórios) que está em fase de organização pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)". "Demos ao ministro total possibilidade de tirar todas as dúvidas

sobre a política de segurança do Rio de Janeiro e nos desafios no combate ao crime", afirmou Castro.

OPERAÇÃO CONTENÇÃO

A Operação Contenção, realizada pelas polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, deixou 121 pessoas mortas, sendo quatro policiais. O governo do estado considerou a operação “um sucesso” e afirmou que as pessoas mortas reagiram com violência à operação, e aqueles que se entregaram foram presos. No total, foram feitas 113 prisões, sendo 33 de presos de outros estados. Foram recolhidas 118 armas e 1 tonelada de droga. O objetivo era conter o avanço da facção Comando Vermelho e cumprir 180 mandados de busca e apreensão e 100 de prisão, sendo 30 expedidos pela Justiça do Pará.

A operação contou com um efetivo de 2,5 mil policiais e é a maior e mais letal realizada no estado nos últimos 15 anos. Os confrontos e as ações de retaliação de criminosos geraram pânico em toda a cidade, com intenso tiroteio, fechando as principais vias, escolas, comércios e postos de saúde. Moradores da região, familiares dos mortos e organizações denunciavam operação como uma "chacina".

VENDA DE SENTENÇAS

PF vê privilégios de lobistas em gabinetes de ministros do STJ

RAYSSA MOTTA E FELIPE DE PAULA/AE

A Polícia Federal vê claros indícios de "acesso privilegiado a documentos decisórios e de influência externa" exercida por lobistas em gabinetes de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os autos da Operação Sisamnes mostram o avanço da investigação robustecida a cada diligência com informações que dão 'cara' a um suposto mercado de venda de sentenças que se teria instalado em tribunais estaduais e no STJ.

Os ministros que relataram processos sob esquadrinho da PF - Isabel Gallotti, Nancy An-drighi e Og Fernandes - não são investigados no âmbito da Operação Sisamnes, que busca esmiuçar o envolvimento de servidores da Corte com lobistas e advogados que, juntos, transformaram processos judiciais em um verdadeiro "leilão", como cunhou o relatório da PF ao qual o Estadão teve acesso.

Por sua assessoria, Og afirmou que 'não tem conhecimento desses novos fatos e reforçou que, respeitando o direito ao contraditório, quem cometer ato ilícito deve assumir as consequências legais cabíveis'.

O gabinete de Nancy An-drighi afirma que "os processos de responsabilização encontram-se em andamento, a fim de que os fatos sejam devidamente esclarecidos e os responsáveis punidos de forma exemplar".

Isabel Gallotti informou que 'desconhece o conteúdo da investigação, porque tramita em sigilo, e que seu gabinete está à disposição para auxiliar, no que seja necessário, a fim de que sejam cabalmente apurados os fatos ocorridos e responsabilizados todos os envolvidos'.

'ESTÁ POR CONTA DELA'

A análise de diálogos coletados pela PF entre os lobistas Andreson de Oliveira e Roberto Zampieri - advogado assassinado em dezembro de 2023 à porta de seu escritório em Cuiabá - põe em evidência, nas palavras das federais, "o acesso antecipado e a manipulação indevida do conteúdo jurisdicional" de processos que correram ou ainda tramitam no STJ.

O trecho anexado pelos investigadores que escancara o suposto "acesso privilegiado" ocorreu em 28 de outubro de 2019.

"Quem vai fazer o voto vai ser a juíza extrutora amiga minha", escreveu Andreson a Zampieri, fazendo referência à função de juíza instrutora e auxiliar de ministro.

"Ela falou que vai pegar pra fazer. Se a gente acerta ela faz a favor e entrega pra mim", garantiu Andreson a Zampieri.

A investigação mostra que o lobista ainda dispunha de documentos internos do gabinete de Gallotti relacionados ao processo que estaria em 'negociação'.

Essas minutas foram enviadas a Zampieri na mesma conversa em que tratavam da suposta 'amizade' com a juíza instrutora, aponta a PF.

"Tais arquivos encaminhados por Andreson continham as siglas de identificação do servidor que editou o documento, o que indica se tratar de uma minuta, enviada antes mesmo de sua publicação", diz o relatório de 426 páginas, subscrito pelo delegado Marco Bontempo, da equipe que toca inquéritos sensíveis e estratégicos de atribuição dos tribunais superiores.

A conversa entre os lobistas continuou, dessa vez com menção a outros ministros do Superior Tribunal de Justiça.

"Você mostrou o voto do Buzzi a ele?", questionou Andreson, citando, segundo a PF, o ministro Marco Aurélio Buzzi.

"Esses dois vão sair essa semana", completou Andreson, se referindo às duas minutas antecipadas e endereçadas a Zampieri.

"Quando ele paga para o Salomão ir com a gente", seguiu o lobista em mais uma menção nominal a um ministro da Corte - o vice-presidente do STJ, Luís Felipe Salomão.

"E depois a Gallotti", prosseguiu Andreson.

A PF deu sua interpretação à frase de Andreson. "No intuito da viabilidade, o lobista Andreson encaminhou duas minutas de decisões que têm como relatora a ministra Isabel Gallotti e que sairiam naquela semana. Na sequência, Andreson perguntou a Zampieri quanto ele pagaria para que os ministros Salomão e Galotti os favorecessem, sendo citado, ainda, o ministro Buzzi "

Esse trecho do relatório da PF, com citação a Salomão, tem origem diretamente em um documento produzido pelo próprio ministro. Em agosto de 2024, então exercendo a função de corregedor nacional de Justiça, ele encaminhou para a Procuradoria-Geral da República relatório que o citava, dando início a toda a investigação.

O documento subscrito por Salomão foi repassado à PF justamente para subsidiar a investigação sobre a atuação de servidores e empresários envolvidos com o suposto esquema, abrindo caminho para identificação de outras possíveis ações do grupo.

Buzzi e Salomão não são investigados. Eles não se manifestaram sobre as mensagens.

É comum, no âmbito de muitas ações judiciais, advogados adotarem a antiga estratégia da 'venda de fumaça' para levar clientes a acreditarem em uma suposta influência de seu defensor nos gabinetes forenses.

'QUERO VER OS MEUS BANDIDO'

Ao todo, sete processos sob relatoria da ministra Isabel Gallotti estão na lista das ações que teriam sido 'compradas' com ajuda de minutas antecipadas e manipulações judiciais feitas por servidores do STJ.

"A proximidade temporal entre os diálogos e a movimentação dos atos processuais (separados por poucas horas e alinhados no mesmo dia) constitui indício relevante de que informações sobre a tramitação das minutas já circulavam no ambiente dos investigados antes da sua publicação oficial, o que reforça a hipótese de acesso privilegiado a documentos decisórios e de influência externa sobre o gabinete da Ministra Isabel Gallotti", crava a PF.

O delegado Bontempo segue o relatório. "Por coincidência, no dia seguinte, 29 de outubro de 2019, conforme antecipado por Andreson para o advogado Zampieri, a ministra Isabel Gallotti assinou as decisões nos processos, ambas publicadas no dia 4 de novembro de 2019, e com o mesmo conteúdo das minutas compartilhadas pelo lobista."

A conversa entre Andreson e Zampieri teve sequência no dia da assinatura das decisões.

"Zamp. Cadê o povo. Só duas hoje Zamp", provoca o lobista.

"Você tá foda!!!!!! Quero ver os meus bandido!!!!!!", respondeu Zampieri.

"Já fez esperando passar. No crivo dela. Fica em paz. Tá tudo ok", tranquilizou Andreson, encaminhando novamente de forma antecipada as decisões assinadas por Gallotti.

CPMI

Presidente de associação nega que entidade seja 'fantasma'

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL/AE

O presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, negou que a entidade seja fantasma durante seu depoimento ontem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A entidade aparece como uma das investigadas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Sem Desconto, deflagrada em abril deste ano para apurar descontos irregulares em benefícios do INSS entre 2019 e 2024.

Ao iniciar o depoimento, Abraão Lincoln disse aos parlamentares que a CBPA surgiu inicialmente com 12 federações e atualmente conta com 21 federações, com pouco mais de 1000 colônias e sindicatos de pescadores.

"Existimos. Na maioria de todos os estados brasileiros existe pesca artesanal, estamos aqui para dizer que as nossas instituições existem. Dá para ver nos estados de vocês, porque muitos de vocês podem ver nossas colônias e nossos sindicatos. Temos sede em 95% dos municípios onde temos confederados. A CBPA, como qualquer outra confederação, não tem trabalhadores filiados a ela diretamente", afirmou.

Um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) afirma que a sede da CBPA funciona em uma "pequena sala comercial", com apenas "uma secretária para atendimento", e

que a confederação "não possui infraestrutura para localização, captação, cadastramento e muito menos fornecimento de serviços" compatíveis com seu universo de 360.632 associados, espalhados por mais de 3.600 municípios.

"Prestamos um serviço com muita honra aos pescadores brasileiros. Prestamos esse serviço com entidades que são seculares, até porque somos uma das categorias mais antigas desse país", concluiu.

O requerimento de convocação de Abraão Lincoln aponta que a Confederação foi responsável por desvios estimados em R\$ 221,8 milhões subtraídos dos benefícios de aposentados e pensionistas. Em razão das investigações, a Justiça Federal do Distrito Federal determinou o bloqueio dos bens de Abraão Lincoln Ferreira da Cruz e da CBPA.

Um *habeas corpus* do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes concedeu à testemunha o direito de silenciar nos fatos em que possa se autoincriminar, mas ele é obrigado a responder a respeito dos fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da CPMI em que isso não ocorrer.

Diante disso, Abraão Lincoln não respondeu às perguntas feitas pelo relator da Comissão, Alfredo Gaspar (União-AL). A defesa técnica de Abraão justificou o silêncio com o argumento de que ele é investigado e que, diante dessas circunstâncias, orientou "o depoente a não responder às questões e a não firmar termo de compromisso" da CPMI.

DELATOR PREMIADO

Mauro Cid passa por audiência no STF e retira tornozeleira eletrônica

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O tenente-coronel Mauro Cid (**foto**), ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, passou uma audiência ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) e retirou a tornozeleira eletrônica.

Durante a audiência, Cid recebeu as orientações que deverá seguir durante o cumprimento da pena de dois anos de prisão em regime aberto pela condenação na ação penal do Núcleo 1 da trama golpista. O procedimento foi conduzido por Flavia Martins de Carvalho, juíza auxiliar do ministro Alexandre de Moraes.

Na semana passada, Moraes determinou o início do cumprimento da condenação. Por ter assinado acordo de delação premiada durante as investigações, Cid não ficará preso.

O militar está proibido de sair de Brasília e deverá cumprir recolhimento domiciliar entre as 20h e as 6h. O recolhimento deverá integral nos finais de semana, ou seja, ele não poderá sair de casa.

Cid também está proibido de portar armas, utilizar as redes sociais e se comunicar com investigados nos processos sobre a trama golpista.

Por ter delatado os fatos que presenciou durante o período

REDE SOCIAL

PT notifica X por publicações que ligam partido ao tráfico

ADRIANA VICTORINO/AE

O Partido dos Trabalhadores (PT) enviou uma notificação extrajudicial à rede social X após a disseminação desde a última sexta-feira, de publicações que associam a sigla ao tráfico de drogas. Segundo o partido, a expressão "Partido de Traficantes" esteve entre os assuntos mais co-

mentados da plataforma no fim de semana. As postagens ocorreram após a megaoperação policial nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, que deixou 121 mortos. Procura do pelo Estadão, o X não respondeu até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto.

Na notificação, o PT afirma que o episódio faz parte de uma

"Vou deixar ao arbítrio do depoente responder ou não e, ao final do depoimento, vou escolher exatamente os motivos para o pedido de prisão em flagrante por falso testemunho e por calar a verdade. Então, para mim, não muda o efeito e não vou de forma nenhuma questionar o motivo dele manter-se em silêncio em perguntas que não o autoincriminam, isso para mim pode até ajudar ao final dos trabalhos", rebateu Gaspar.

Diante do impasse, o presidente da CPMI, Carlos Viana (Podemos-MG) suspendeu temporariamente os trabalhos, a fim de chegar a um acordo com os advogados de Abraão Lincoln.

SILÊNCIO

O relator da comissão, Alfredo Gaspar (União-AL), questionou Abraão Lincoln a respeito da evolução no número de associados a CBPA cadastrados junto ao INSS para a concessão de descontos associativos. Segundo Gaspar, a entidade, criada em 2020, tendo obtido em 2022, o acordo de cooperação técnica com o INSS, que permite os descontos nos benefícios, sem ter nenhum associado.

Em 2023, a entidade passou de quatro cadastros registrados em maio junto ao INSS para 64 mil, em junho e 196 mil no mês de julho. O relator classificou a evolução no número de cadastros como um "case" de sucesso. "Até 2025, eles conseguiram 757 mil cadastros que correspondem a mais de R\$ 221 milhões no período de dois anos", criticou.

Gaspar também citou dados de que dos 215 mil aposentados

e pensionistas ligados à CBPA que procuraram o INSS para reclamar de descontos em seus benefícios, 99% afirmaram não ter autorizado a entidade.

O relator questionou ainda a relação da entidade com outros envolvidos no escândalo, a exemplo da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, e do ex-procurador-geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, afastado do cargo assim que a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Desconto para investigar o esquema de descontos associativos não autorizados, e de sua esposa,Thaís Hoffmann Jonasson.

Além dos elos regionais, a confederação tem forte atuação em Brasília. Ela conta com assento no Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), do governo federal. O representante é o deputado estadual Juscelino Miguel dos Anjos (Republicanos-PB).

A CBPA é uma das investigadas pela Polícia Federal na Operação Sem Desconto, deflagrada em abril. A entidade e seu presidente tiveram bens bloqueados.

Para a CPI do INSS, a confederação de pesca é um dos "eixos da arquitetura criminosa desvelada pela Operação Sem Desconto e responsável por um impacto financeiro estimado em R\$ 221,8 milhões subtraídos de forma contumaz e sistêmica dos benefícios de aposentados e pensionistas".

No dia 11 de setembro, por 4 votos a 1, a Primeira Turma do STF condenou Cid, Bolsonaro e mais cinco réus pelos crimes de crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramage foi condenado somente pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Deputado federal em exercício, ele foi beneficiado com a suspensão de parte das acusações e respondia somente a três dos cinco crimes imputados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Os recursos de Bolsonaro e demais acusados serão julgados pela Primeira Turma da Corte a partir do dia 7 de novembro.

fica clara a tentativa desses usuários de atrelar a agremiação partidária notificante (Partido dos Trabalhadores) ao crime organizado, reforçando informações já desmentidas e compreendidas como danosas pela Justiça Brasileira", afirma o documento.

O partido cita decisão de 2023 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que classificou como falsas e ilegais publicações que associavam o PT e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O caso foi julgado pelo ministro Carlos Horbach, que determinou a remoção de conteúdos semelhantes durante as eleições de 2022.

LULA MARQUES/ABRASIL



PROJETO DE LEI

Setor audiovisual protesta contra regulação do streaming

ANNA KARINA DE CARVALHO/ABRASIL

Cineastas, roteiristas, produtores e técnicos do audiovisual protestaram nesta segunda-feira (3) em diversas capitais em defesa do cinema brasileiro independente. Os atos, batizados de “Pega a Visão: Ato pelo VoD”, são contra o Projeto de Lei 8.889/2017, que propõe a regulação das plataformas de streaming no Brasil.

As manifestações ocorreram simultaneamente em frente à sede da Ancine, no Rio de Janeiro, na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, e no Cine Walter da Silveira, em Salvador.

De acordo com o movimento, o relatório do deputado federal, Dr. Luizinho (PP-RJ), sobre o projeto “representa um risco histórico de desmonte da indústria audiovisual nacional”, por contrariar o parecer técnico da Ancine e os consensos construídos com a sociedade civil, e favorecer grandes empresas estrangeiras do setor.

O relator propõe Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) máxima de 4% para o streaming e 70% do valor pode ser usado pelas próprias plataformas em projetos próprios. O texto prevê ainda cota mínima de 10% de obras nacionais nos catálogos.

A cineasta Lúcia Murat, integrante do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Cineastas (Abraci), classificou o projeto como uma distorção das demandas históricas da categoria.

“Isso transforma a regulação numa espécie de ‘Lei Rouanet para os streamings’. É uma loucura — dinheiro público para companhias estrangeiras. Não pode passar”, disse, acrescentando ser uma ameaça diretamente a autonomia criativa e a sobrevivência das produtoras independentes.

A produtora Clarissa Guari-lha, responsável pelo premiado filme Levante, destacou o impacto do projeto sobre a cadeia produtiva.

“Estão votando um projeto sem diálogo com quem faz o audiovisual. Isso afeta não só quem produz, mas todo mundo — quem trabalha, quem assiste,



PAULO PINTO/ABRASIL

quem vive disso. O cinema independente é o que garante que nossas histórias sejam contadas por nós mesmos, sem depender de interesses de grandes corporações internacionais.”

Pesquisador do setor audiovisual, Pedro Butcher ressaltou que o texto atual não contempla as necessidades do mercado brasileiro.

“As plataformas ainda não contribuem para o desenvolvimento do setor, como todo o restante da cadeia faz. A falta de estabilidade e de financiamento ameaça o que conquistamos até aqui e pode levar a um grande retrocesso.”

SÃO PAULO

Na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, o ato reuniu dezenas de profissionais. A cineasta Tatiana Lohmann, vice-presidente da Associação Paulista de Cineastas (Apaci), destacou que o texto “vem cheio de armadilhas e dubiedades”:

“As plataformas operam no Brasil sem transparência sobre lucros e remessas de receita. Esse PL precisa ser barrado para que possamos propor uma regulação justa”, afirmou, citando que o Brasil é o segundo segundo maior mercado da Netflix no mundo, mas que é preciso regras claras para investimento dessas plataformas.

A cineasta Laís Bodanzky reforçou a importância de garantir 20% de obras nacionais nos ca-

tálogos das plataformas.

“Elas [plataformas] podem produzir o que quiserem com dinheiro privado, mas não têm o direito de decidir o que o Brasil tem a dizer através do audiovisual”.

Representando a Associação Brasileira de Autores Roteiristas (Abra), Paulo Marcelo destacou que a regulação do streaming é essencial para manter o ecossistema do setor equilibrado. “O importante é garantir que a Condecine abasteça o FSA [Fundo Setorial do Audiovisual] e que a cota seja de produção brasileira independente, com os direitos patrimoniais nas mãos de empresas nacionais”

A Carta-Manifesto do movimento — assinada por nomes como Anna Muylaert, Gabriel Mascaro, Laís Bodanzky, Jorge Furtado, Marieta Severo, Matheus Nachtergaele, Daniela Thomas e Joel Zito Araújo — diz que o projeto fragiliza o financiamento público, reduz a alíquota da Condecine e “coloca o futuro da produção audiovisual à mercê de empresas estrangeiras, esvaziando o papel da Ancine e do Estado brasileiro”.

Segundo nota técnica da Ancine e do Ministério da Cultura (MinC), o relatório pode provocar uma redução drástica nos recursos do FSA e abrir brechas para autodeclaração de receitas, dificultando a fiscalização. Além disso, permitiria que empresas estrangeiras criassem “produtores nacionais” controladas no

país, enfraquecendo a independência do setor.

As 12,5 mil produtoras independentes brasileiras pedem o adiamento da votação e a retomada das premissas do texto anterior, relatado pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que previa cota mínima de 20% de obras nacionais, Condecine de ao menos 6% e destinação prioritária dos recursos ao FSA.

O QUE DIZ O PROJETO

O projeto de lei prevê a cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) de serviços de streaming, como plataformas de vídeo sob demanda (VoD). A proposta pode ser votada nesta semana na Câmara dos Deputados.

O deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) tem dito que as alíquotas podem variar entre as plataformas de streaming e as redes sociais que compartilham vídeos.

No relatório, o parlamentar defende que o PL traz uma “proposição madura, que assegura equilíbrio entre um ambiente concorrencial justo, que estimula a livre iniciativa e a inovação tecnológica, e um ecossistema audiovisual dinâmico, que garante a soberania cultural, o desenvolvimento da produção de conteúdos brasileiros e regionais e a geração de emprego e renda no país”.

TSB

Lula edita decreto que estabelece a Taxonomia Sustentável Brasileira

EDUARDO RODRIGUES/AE

Às vésperas da COP30, em Belém (PA), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou decreto que estabelece a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), com um sistema de classificação de atividades, ativos e categorias de projetos que contribuem para a consecução de objetivos climáticos, ambientais e sociais, por meio de critérios específicos. O texto foi publicado no *Diário Oficial da União (DOU)*.

O decreto prevê que a aprovação, a revisão e a atualização da Taxonomia são de competência do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (Citsb), e que as revisões da TSB ocorrerão, no máximo, a cada cinco anos, observado o intervalo mínimo de um ano entre elas.

Entre os princípios da TSB estão a construção de critérios com fundamentos científicos; a observância da transição justa na consecução dos objetivos climáticos, ambientais e sociais; a utilização de parâmetros técnicos e objetivos para a construção de critérios de avaliação das atividades, ativos e projetos; e a avaliação das interconexões e da interdependência dos impactos causados pelas atividades, ativos e projetos.

A Taxonomia também deve ter coerência com as demais políticas públicas e compromissos internacionais para alcance dos objetivos climáticos, ambientais e sociais; consistência entre os critérios estabelecidos para diferentes atividades, ativos, projetos e setores econômicos, para o alcance de objetivos climáticos, ambientais e sociais; e proporcionalidade na sua adoção, reconhecida a existência de agentes econômicos de diferentes portes.

O decreto também prevê a avaliação da aplicabilidade da TSB, observados os critérios de custo-efetividade; a interoperabilidade com os sistemas de taxonomia de outros países, respeitadas as prioridades nacionais; e o caráter evolutivo, sendo necessárias a sua

atualização e a sua revisão periódicas.

AÇÕES

A Taxonomia permitirá que o governo federal rotule produtos financeiros, incluídas as operações de crédito, os investimentos e os títulos da dívida pública; enquadre atividades de empresas emissoras de títulos e valores mobiliários; aprimore a regulação e a supervisão da indústria de seguros e de proteção patrimonial mutualista, observados os riscos climáticos, ambientais e sociais; direcione, reduza ou acabe com incentivos fiscais e creditícios; fortaleça a priorização e a qualificação de processos de compras públicas e contratações governamentais de bens e serviços; monitore os investimentos e os fluxos financeiros, com a indicação de seu grau de alinhamento à TSB; promova acordos internacionais na área de finanças sustentáveis alinhados à TSB; e rotule ou certifique bens e serviços sustentáveis.

Para se enquadrarem na TSB, os ativos e projetos serão classificados em três níveis: a atividade econômica deve contribuir substancialmente para pelo menos um dos objetivos ambientais ou sociais da Taxonomia; não deve causar impactos negativos relevantes aos outros objetivos estabelecidos; e deve cumprir as salvaguardas mínimas e estar alinhada aos padrões éticos e legais, de acordo com as exigências previstas.

“Os ativos, as atividades e as categorias de projetos viabilizadores serão enquadradas na TSB se comprovarem que sua atuação é essencial para viabilizar a transição sustentável de outros setores econômicos alinhados à TSB, conforme metodologia a ser estabelecida em ato do Citsb. O enquadramento dos ativos, das atividades e das categorias de projetos na TSB será feito de maneira individualizada, por organização ou empreendimento, de forma que seja possível verificar o cumprimento dos critérios estabelecidos neste decreto”, completa o texto.

SORRISO

Prefeito de cidade do MT deixa evento após convite de Michelle

BRUNA ROCHA/AE

O evento do Partido Liberal (PL) Mulher em Sorriso, Mato Grosso, realizado no último sábado, terminou com um incidente envolvendo o prefeito Alei Fernandes (União Brasil), convidado especial da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. O gestor deixou o local visivelmente irritado após não ser chamado para subir ao palco das autoridades. O evento também contou com a presença do senador Wellington Fagundes (PL).

Vídeos publicados nas redes sociais mostram o prefeito discutindo com organizadores antes de sair acompanhado da esposa, Mara Fernandes, e reclamando do que chamou de “desrespeito institucional” ao PL Mulher.

Em nota, a Prefeitura de Sorriso explicou: “Durante a formação do dispositivo, as autoridades foram chamadas nominalmente, entre elas o próprio senador Wellington Fagundes. Entretanto, o prefeito do município, uma vereadora do PL e dois vereadores do partido não foram chamados para compor o dispo-

sitivo”.

O PL Mulher classificou o episódio como um “mal-entendido” e afirmou que, conforme já havia sido destacado anteriormente, o prefeito poderia subir ao palco em outro momento, a convite da própria Michelle Bolsonaro, “como gesto de deferência e carinho”. Segundo o partido, o casal deixou o local antes que isso acontecesse.

“Infelizmente, eles se retiraram sem ouvir as instruções da organização”, disse o PL Mulher em nota, acrescentando que Michelle Bolsonaro “receberia atenção diferenciada ao ser convidada pela própria presidente do PL Mulher, em momento especificamente previsto para tal”.

O prefeito, por sua vez, rebateu, afirmando que não foi informado sobre o protocolo a ser seguido. Apesar de elogiar Michelle Bolsonaro, criticou o diretório local do partido:

“Reiteramos nosso apreço e respeito à ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, ressaltando, contudo, que o mesmo respeito deve ser dispensado aos representantes eleitos pela população do município”.

MEIO AMBIENTE

Adaptação climática deve ser prioridade da COP30, diz embaixador

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O embaixador André Corrêa do Lago (**foto**), presidente da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), disse nesta segunda-feira, em São Paulo, que espera que a questão da adaptação climática seja uma “prioridade absoluta” da COP30, evento que será realizado neste mês em Belém (PA).

“A negociação de clima em geral é dividida em mitigação, que é a redução das emissões, e a adaptação, que muitas pessoas achavam: ‘não vamos trabalhar em adaptação, porque senão é baixar os braços, é desistir de trabalhar com mitigação’. Não era o caso, mas agora menos ainda, porque com a aceleração da mudança do clima, você precisa de adaptação enormemente e a população do mundo está muito mais sensível aos esforços de adaptação porque atinge a vida das pessoas. Então, adaptação é uma prioridade absoluta dessa COP”, declarou.

“Eu espero que as pessoas lembrem essa COP como uma COP de adaptação”, ressaltou ele a jornalistas, após participar do evento *COP 30 Business & Fi-*

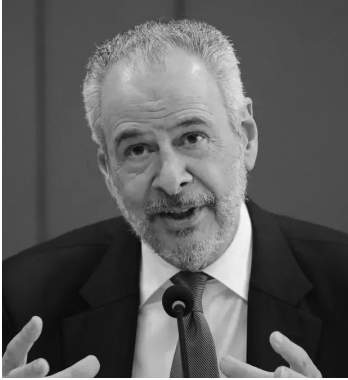
nance Fórum, promovido pela Bloomberg Philanthropies, na capital paulista.

No geral, a COP se utiliza de duas grandes estratégias para lidar com as mudanças climáticas: ações de mitigação, que se referem à redução das emissões de gases de efeito estufa para frear o aquecimento; e de adaptação, que seria uma forma de ajuste para lidar com os impactos já existentes ou inevitáveis da crise climática.

A poucos dias do início da COP30, apenas pouco mais de 60 países entregaram suas metas de mitigação, ou seja, seus compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa, chamadas de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Durante a abertura do evento, o embaixador afirmou que isso pode ser resultado do fato dos países quererem apresentar metas que sejam realmente possíveis de serem alcançadas.

“A gente não esperava isso porque o prazo [para apresentação] das NDCs era fevereiro, mas a verdade é que os países perceberam o quão complexo é fazer uma NDC boa. E agora que muitas pessoas já têm toda a es-

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



trutura, já têm o apoio e a verificação, os países querem apresentar NDCs que sejam críveis e eles precisam negociá-las dentro de seus respectivos países para garantir que estão realmente propondo algo que é factível”, explicou.

PARA AS FLORESTAS

O embaixador também comentou sobre a expectativa do governo brasileiro de conseguir alcançar US\$ 10 bilhões em investimentos públicos dos países para o Fundo Tropical das Florestas (TFFF, na sigla em inglês) até o final da presidência do Brasil na COP. O fundo é um mecanismo voltado à proteção

de florestas e que prevê que os países que preservam suas florestas tropicais serão recompensados financeiramente via fundo de investimento global.

“Eu acho que é um sucesso imenso porque esse é um mecanismo muito inovador”, comentou Lago.

Mais cedo, durante o mesmo evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou que essa é uma proposta ambiciosa, mas possível. “Se a gente terminar o primeiro ano com US\$ 10 bilhões de recursos públicos, seria um grande feito”, disse ele.

Para o embaixador, essa proposta do governo brasileiro pode ser bem sucedida.

“Talvez contribua para resolver uma das coisas mais difíceis na economia, que é você conseguir dar um valor às florestas em pé. Há anos todo mundo diz que isso tem que acontecer, tem que fazer e que não se tem conseguido. Portanto, a ideia é boa e a maneira como está sendo preparada tem sido muito cuidadosa justamente para atrair a confiança do mundo. Acho que a evolução tem sido realmente excepcional”, declarou.

SEXO

França ameaça banir Shein devido à venda de bonecas de uso adulto

As autoridades da França alertaram que podem bloquear o acesso à Shein após a Direção-Geral de Concorrência, Consumo e Repressão à Fraude (DGCCRF) descobrir de que o gigante da moda rápida online estava vendendo bonecas sexuais com aparência infantil. Segundo o órgão fiscalizador francês, as descrições e categorização da Shein deixavam pouca dúvida quanto à sua natureza pornográfica infantil.

A agência encaminhou o caso aos promotores públicos, e o Ministro da Economia da França, Roland Lescure, disse nesta segunda-feira que buscará banir a Shein do mercado francês se tais incidentes voltarem a ocorrer.

"Isso está previsto por lei", disse ele. "Em casos envolvendo terrorismo, tráfico de drogas ou materiais pornográficos infantis, o governo tem o

direito de solicitar que o acesso ao mercado francês seja proibido", disse.

O órgão de fiscalização disse que emitiu um aviso formal instando a plataforma a tomar medidas corretivas urgentes. A Shein não respondeu imediatamente a um pedido de comentário da Associated Press.

Enquanto isso, uma missão parlamentar de apuração sobre a inspeção de produtos importados para a França anunciou que convocará funcionários da Shein para interrogatório. "Nenhum ator econômico pode se considerar acima da lei. Um varejista que vendesse tal item teria sua loja imediatamente fechada por uma ordem prefetorial. A Shein deve fornecer uma explicação", disse o relator da missão, Antoine Vermorel-Marques.

DESASTRE

Avalanche no Monte Yalung Ri, no Nepal, deixa 7 pessoas mortas

Sete pessoas morreram após uma avalanche atingir um acampamento no Monte Yalung Ri, no Nepal, nesta segunda-feira De acordo com o jornal The Kathmandu Post, as vítimas são três americanos, dois nepaleses - que trabalhavam como guias -, um canadense e um italiano.

Outras cinco pessoas que estavam no acampamento, localizado a 4,9 mil metros de altitude, ficaram feridas, de acordo com o porta-voz da Força Policial Armada, Shailendra Thapa. Segundo o The Kathmandu Post, quatro pessoas ainda estão desaparecidas.

O tempo tem piorado desde a semana passada no Nepal, com relatos de tempestades de neve nas montanhas. As condições climáticas obrigaram as

equipes de resgate a subirem a pé e impediram o pouso de um helicóptero de resgate. Thapa disse que a aeronave tentará pousar novamente no amanhecer desta terça-feira.

O Monte Yalung Ri é um pico de 5,6 mil metros de altitude. É considerado uma montanha para iniciantes sem experiência prévia em escaladas em altas montanhas. O Nepal abriga oito das 14 montanhas mais altas do mundo, incluindo o Monte Everest.

A primavera é a época mais popular para escaladas, quando o clima é favorável nesses picos imponentes. No entanto, centenas de alpinistas estrangeiros vêm escalar picos menores durante os meses de outono, entre a estação chuvosa das monções e o inverno

OPEN FINANCE

Crédito: 26 instituições começam testes piloto da portabilidade

MARIANNA GUALTER/AE

Os testes piloto da portabilidade de crédito via Open Finance começam nesta segunda-feira. Inicialmente, 26 instituições irão participar da etapa, que prevê a realização de uma série de testes operacionais, incluindo questões relacionadas à experiência do usuário.

Os testes se darão em ambiente fechado, por meio de simulações realizadas entre as instituições que aceitaram participar da etapa, sem exposição aos usuários. A previsão é que a funcionalidade seja lançada oficialmente em fevereiro de 2026. O projeto irá começar com o crédito pessoal sem garantia, mas a expectativa é que seja ampliado para outras linhas no futuro.

Resultados iniciais dos testes piloto devem ser obtidos até o final deste mês. O período de testagem, porém, se estenderá até janeiro de 2026. Nesse intervalo, novas instituições podem pedir para participar das simulações.

Ao Grupo Estado, a diretora-presidente da associação Open Finance Brasil, Ana Carla Abrão, afirma que a portabi-

lidade de crédito é um passo fundamental na ampliação dos serviços oferecidos pelo Open Finance. "Chegamos agora mais diretamente ao crédito, em linha com nossa busca de impactar positivamente o consumidor financeiro e trazer benefícios concretos às pessoas que mais precisam e sofrem hoje com o custo do crédito", diz.

Um dos pontos que será testado nesse período é a interface que será apresentada aos usuários. O desenho em avaliação prevê utilizar as cores verde e vermelha para sinalizar ao cliente se aquela proposta ou contraproposta é realmente a mais benéfica para ele. Além disso, estabelece que o aplicativo deverá mostrar o valor, em reais, da diferença final entre as propostas.

A ideia é facilitar a escolha do usuário pela opção mais vantajosa. Essa preocupação existe porque as propostas podem variar quanto ao nível de juros e ao período do empréstimo. Na prática, uma oferta com juros menores pode levar a um valor final maior se tiver prazo mais longo de pagamento.

EUA

Pesquisa CNN: Trump tem recorde de desaprovação

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A taxa de aprovação do governo do presidente dos EUA, Donald Trump, atingiu uma nova mínima histórica em seu segundo mandato, a 37%, aponta uma pesquisa da CNN, publicada nesta segunda-feira. O valor é o me-

nor de sua segunda administração e é próximo das piores taxas de aprovação de seu primeiro mandato, quando chegou a registrar apenas 34% de aprovação.

No mesmo sentido, a taxa de desaprovação atingiu 63%, sendo a maior já registrada de ambos os seus governos e um ponto porcentual acima do recorde

anterior, de 62%, quando ele deixou a Casa Branca em janeiro de 2021.

A pesquisa da CNN também mostra que 32% dos entrevistados avaliam que o andamento da situação do país está "Muito bem/Razoavelmente bem", enquanto 68% acreditam que o cenário está "bastante ruim/mui-

to mal".

Ainda, foi avaliado que o problema mais importante que os EUA enfrentam atualmente são: a economia e o custo de vida (47%); o estado da democracia americana (26%); imigração (10%); crime e segurança (7%); saúde (5%); e política externa (1%).

NOVA YORK

Às vésperas da eleição, Trump chama candidato de 'comunista'

Os candidatos à prefeitura da cidade de Nova York fizeram um esforço final nesta segunda-feira para levar os eleitores às urnas, à medida que a corrida para liderar a maior cidade dos Estados Unidos se aproxima do fim.

Na véspera do dia da eleição, que ocorre na terça-feira, o candidato democrata Zohran Mamdani, o ex-governador Andrew Cuomo e o republicano Curtis Sliwa estão fazendo campanha freneticamente pelos cinco distritos da cidade, apresentando suas propostas para suceder o prefeito Eric Adams, que está deixando o cargo.

Mamdani, de 34 anos, deputado estadual que seria o primeiro prefeito muçulmano da cidade, surpreendeu o mundo político ao derrotar Cuomo nas primárias com uma campanha enérgica focada em tornar a cidade um lugar mais acessível para se viver.

À medida que a corrida eleitoral se aproxima da reta final, Mamdani continua a publicar vídeos virais nas redes sociais e a realizar uma campanha incansável, incentivando sua base progressista a manter o entu-

siasmo e a enviar o máximo de apoiadores possível às urnas.

Em uma entrevista ao programa "60 Minutes", exibida no domingo, 2, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que, se Mamdani vencer, "será difícil para mim, como presidente, destinar muito dinheiro a Nova York".

Ao rotular erroneamente Mamdani, um socialista democrático, como comunista, Trump disse que escolheria Cuomo entre os dois. "Não sou fã de Cuomo, mas se tiver que escolher entre um democrata ruim e um comunista, vou escolher o democrata ruim sempre, para ser honesto", afirmou.

Cuomo está tentando retornar à vida política após renunciar ao cargo de governador há quatro anos, em decorrência de uma série de acusações de assédio sexual que ele nega. Agora concorrendo como independente, o político de 67 anos tem se concentrado nos últimos dias em atrair eleitores republicanos para fortalecer sua base centrista, apresentando-se como o único candidato capaz de impedir Mamdani.

DE OLHO NO PETRÓLEO

Trump diz que dias de Maduro como presidente da Venezuela estão contados

PATRICIA LARA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, respondeu afirmativamente a uma pergunta sobre se acredita que os dias de Nicolás Maduro (foto) como presidente da Venezuela estão contados. "Eu diria que sim, acho que sim - sim", respondeu, ao ser questionado por Norah O'Donnell sobre se os dias de Maduro estavam contados.

A declaração foi dada no programa *60 Minutes*, da CBS, que foi ao ar na noite do domingo passado.

A entrevista do presidente dos EUA foi concedida na sexta-feira em Mar-o-Lago, Palm Beach, na Flórida.

Em outro trecho, Trump citou que não acredita que os EUA se envolverão em uma guerra contra a Venezuela, ainda que tenha salientado que o país sul-americano trata o governo nor-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

te-americano muito mal.

A fala ocorre em um momento em que os Estados Unidos en-

viam militares e navios ao Caribe, onde executaram vários ataques contra supostas embarca-

ções que atuam no tráfico de drogas, ações que provocaram dezenas de mortes.

Nota

TORRE MEDIEVAL EM ROMA DESABA PARCIALMENTE DURANTE OBRAS DE RENOVAÇÃO E DEIXA FERIDOS

Uma torre medieval em Roma, na Itália, perto das famosas ruínas do Fórum Romano, desabou parcialmente nesta segunda-feira, durante o trabalho de renovação da estrutura, deixando pelo menos um trabalhador gravemente ferido, segundo a mídia italiana. Centenas de turistas presenciaram o momento em que os bombeiros usaram uma escada móvel e levaram uma maca até o nível superior da Torre dei Conti. Três trabalhadores foram resgatados, enquanto um permaneceu preso dentro da estrutura, disse o jornal Corriere della Sera.

Durante a operação de resgate realizada pelos bombeiros, outra parte da torre desabou, levantando uma nuvem de fumaça. Os bombeiros que estavam em uma escada móvel desceram rapidamente quando ocorreu o desabamento adicional. Não há informações se, após esse segundo incidente, outras pessoas também ficaram feridas. A Torre dei Conti foi construída no século XIII pelo Papa Inocêncio III como uma residência para sua família. A torre foi danificada em um terremoto em 1349 e sofreu desabamentos subsequentes no século XVII. Reportagens da mídia italiana disseram que tanto o prefeito de Roma, Roberto Gualtieri, quanto o Ministro da Cultura Italiano, Alessandro Giulio, estavam no local.